



REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIOS AO ASSOCIATIVISMO

Preâmbulo

O associativismo constitui um esteio importante e singular de intervenção da sociedade civil na realização e prática de atividades de índole cultural, recreativa e desportiva.

No concelho da Figueira da Foz o vasto conjunto de associações existentes possui uma vida, em alguns casos centenária, que se tem afirmado como uma mais-valia significativa no desenvolvimento local.

De acordo com o estipulado no quadro de competências das autarquias locais, nomeadamente nas alíneas a) e b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, constituem competências das Câmaras Municipais *“deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes”* e *“apoiar ou participar, pelos meios adequados, no apoio a atividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra”*. As Câmaras devem ainda de acordo com os normativos da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro *“Apoiar projetos e agentes culturais não profissionais”* e *“apoiar atividades culturais de interesse municipal”, “desportivas”* e *“recreativas”* bem como *“apoiar a construção e conservação de equipamentos culturais de âmbito local”*.

Por seu turno, de acordo com a Lei n.º 5/2007, os apoios ou participações concedidas pelo estado, pelas Regiões Autónomas e pelas Autarquias Locais, na área do Desporto, são tituladas por contratos programa de desenvolvimentos desportivos, nos termos da Lei.

Assim, torna-se necessário regulamentar o relacionamento do Município com as associações locais, tendo em vista as seguintes finalidades:

- Racionalizar os recursos disponíveis;
- Clarificar publicamente as normas que regulamentam o seu acesso;
- Imprimir rigor, transparência e empenho da autarquia na realização dos diferentes projetos associativos.

O presente regulamento pretende uma atuação positiva, baseada nos seguintes objetivos:

- Dar relevo à dinâmica associativa;
- Estimular parcerias;
- Motivar para a formação dos associados e dirigentes;
- Valorizar o autofinanciamento e a diversidade das fontes financiadoras.

Introduzem-se critérios de pontuação da dinâmica e da capacidade de organização das associações o que se traduzirá num estímulo ao enriquecimento e desenvolvimento dos seus planos de atividade e permitirá aferir das boas práticas associativas. Ao mesmo tempo,



reafirma-se a postura do Município no sentido de continuar a colocar os seus técnicos, o seu saber e experiência à disposição das Associações de forma a apoiá-las na diversidade da sua gestão.

Importa, finalmente, salientar os critérios de exigência colocados na formalização dos pedidos de apoio e na elaboração dos relatórios finais de avaliação das atividades apoiadas.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º **Objeto**

O presente Regulamento define os tipos e as formas de concessão de apoios da Câmara Municipal da Figueira da Foz ao Associativismo, que não estejam cobertos por protocolos específicos, sob a forma de contrato-programa, aplicando-se a estes, com as necessárias adaptações, os critérios definidos no art.º 6.º.

Artigo 2.º **Âmbito**

1. Podem candidatar-se aos apoios constantes do presente Regulamento as Associações que reúnam cumulativamente os seguintes requisitos:
 - a) Estejam legalmente constituídas;
 - b) Estejam sedeadas e desenvolvam atividades no Concelho da Figueira da Foz;
 - c) Estejam recenseadas na base de dados associativa municipal;
 - d) Tenham a situação fiscal e perante a Segurança Social devidamente regularizadas;
 - e) Apresentem candidatura para apoio à Atividade Regular e Plano de Atividades durante o primeiro trimestre do ano a que o apoio é concedido;
 - f) Apresentem candidatura dentro do prazo específico previsto para cada um dos vários apoios;
 - g) Apresentem relatório de atividades e contas relativo ao ano anterior durante o primeiro trimestre do ano em que o apoio é concedido.
2. Poderão ainda ser concedidos apoios a Associações que, não tendo sede no concelho, desenvolvam atividades de especial interesse para o Município e reúnam as condições referidas no n.º 1, com exceção das alíneas b) e c).
3. A candidatura aos apoios previstos no presente Regulamento não constitui obrigação do Município e os mesmos serão sempre condicionados às disponibilidades financeiras existentes e correspondente inscrição em Orçamento e Opções do Plano.
4. As Associações não podem acumular apoios municipais que visem a realização da mesma ação.



Artigo 3.º
Publicidade

1. A concessão de apoios municipais obriga as Associações beneficiárias a referenciá-los em todas as formas de divulgação e promoção dos projetos e eventos a realizar ou realizados, mediante inserção da menção "apoio da Câmara Municipal da Figueira da Foz" e do logótipo do Município que se encontra no seguinte endereço <http://www.cm-figfoz.pt/index.php/identidade-municipal/42-municipio/camara-municipal/821-logotipos>.

Artigo 4.º
Tipos de apoios

Os apoios previstos no presente Regulamento assumirão um dos seguintes tipos:

- a) Apoio à Atividade Regular;
- b) Apoio à Realização de Projetos e Ações Pontuais;
- c) Apoio para Deslocações ao Estrangeiro e no território nacional;
- d) Apoio para Cedência de Transportes;
- e) Apoio à Aquisição de Bens;
- f) Apoio para Obras de Construção, Beneficiação de Equipamentos e Aquisição de Infraestruturas
- g) Apoio à Formação;
- h) Apoio à Edição.

Artigo 5.º
Tipologia dos apoios

Quanto à sua natureza, os apoios atribuídos poderão ser:

- a) Financeiros – atribuição de comparticipação financeira para apoiar a realização de atividades/projetos e/ou aquisição de recursos materiais necessários à concretização das iniciativas;
- b) Materiais e Logísticos – cedência temporária de instalações municipais, de bens necessários ao funcionamento das associações ou à realização das suas atividades/projetos e transporte para atividades;
- c) Técnicos – prestação de serviços, por técnicos autárquicos, que sejam necessários à conceção e desenvolvimento de investimentos e atividades/projetos.

Artigo 6.º
Critérios de avaliação da dinâmica e da capacidade de organização

As atividades realizadas pelas associações candidatas a beneficiárias dos apoios serão avaliadas dentro dos seguintes critérios específicos, reportados ao ano anterior àquele a que o apoio respeita:

- a) Importância das atividades para potenciar o desenvolvimento da comunidade;
- b) Coorganização de eventos com outras associações;
- c) Componente de formação subjacente às atividades desenvolvidas;
- d) Atividade regular e contínua;
- e) Capacidade de autofinanciamento e de diversificação das fontes de financiamento;



- f) Média de participantes ativos nas várias ações;
- g) Ações de apoio à criação artística e à formação de novos públicos;
- h) Eficácia na execução do Plano de Atividades do ano anterior.

CAPÍTULO II

APOIO À ACTIVIDADE REGULAR

Artigo 7.º

Âmbito e forma de candidatura

1. Os apoios definidos neste capítulo destinam-se a contribuir para a concretização das iniciativas regulares do Plano de Atividades Anual desenvolvidas pelas Associações candidatas e assumem a natureza de comparticipação financeira.
2. Os referidos apoios podem também assumir natureza de apoio material, logístico ou técnico, sem prejuízo do apoio concedido nos termos do número anterior e deve ser solicitado com 60 dias de antecedência sobre a atividade a desenvolver.
3. São atividades regulares o conjunto de ações desenvolvidas ao longo do ano.

Artigo 8.º

Apoios financeiros

1. Os apoios financeiros à execução da Atividade Regular serão objeto de deliberação pela Câmara Municipal durante o mês de Maio do ano a que corresponde a candidatura.
2. Os apoios serão atribuídos para cada atividade desenvolvida pela Associação e de acordo com os critérios do artigo 6º e os constantes do Anexo que faz parte integrante do presente Regulamento.

CAPÍTULO III

APOIO À REALIZAÇÃO DE PROJECTOS E ACÇÕES PONTUAIS

Artigo 9.º

Âmbito dos apoios

1. Consideram-se projetos e ações pontuais aquelas que não foram incluídas nos Planos de Atividade das Associações ou que não tenham sido apoiados no âmbito do Capítulo II e cuja realização ocorra esporadicamente.
2. Os apoios contemplados no presente capítulo destinam-se a participar na realização de projetos e ações pontuais e podem ser de natureza material, logística, técnica e financeira.
3. Cabem ainda aqui as atividades organizadas em parceria entre uma ou mais Associações e o Município.



Artigo 10.º

Forma e prazo de candidatura

1. A candidatura a apoios para a realização de Projetos e Ações Pontuais deverá ser apresentada com uma antecedência mínima de 2 meses em relação à data prevista da sua concretização ou, perante justificação aceitável e devidamente fundamentada, com antecedência não inferior a 30 dias.
2. As associações deverão entregar, no prazo de 30 dias após a realização da iniciativa, um relatório de avaliação, bem como um relatório de contas.

CAPÍTULO IV

**APOIO PARA DESLOCAÇÕES AO ESTRANGEIRO
E NO TERRITÓRIO NACIONAL**

Artigo 11.º

Âmbito e forma de apoio

1. Este apoio destina-se às Associações que representem e prestigiem o Concelho da Figueira da Foz nas diferentes áreas da cultura, da juventude e do desporto e reveste a natureza de participação financeira.
2. O apoio será atribuído de acordo com o número de representantes da Associação a deslocar até 50% do custo do transporte de cada elemento, nunca ultrapassando o montante máximo de 5.000,00 €.
3. A percentagem é encontrada sobre o total das despesas com o transporte devidamente justificadas.
4. A candidatura a este apoio, devidamente comprovada por convite e/ou parecer de autoridades locais, deve ser apresentada com uma antecedência mínima de 2 meses, relativamente à data em que se vai realizar a deslocação.

CAPÍTULO V

APOIO PARA CEDÊNCIA DE TRANSPORTES

Artigo 12.º

Critérios para a disponibilização de transportes

1. O Município disponibiliza transportes às Associações mediante requerimento e de acordo com os seguintes critérios:
 - a) Ponderando a importância da atividade a que o transporte se destina;
 - b) Distribuindo de forma equitativa as disponibilidades da frota face aos pedidos existentes.
2. Os pedidos de deslocações para fora do Concelho serão concedidos até dois transportes por ano civil.
3. A candidatura para este apoio deverá ser apresentada com antecedência mínima de 2 meses, relativamente à data pretendida para a utilização do transporte.



4.

- a) A cedência de transporte fica sempre sujeita a disponibilidade de frota.
- b) A Câmara Municipal assumirá o pagamento dos quilómetros e o custo fixo por hora, no horário normal de trabalho, como apoio logístico e a associação assumirá o pagamento do custo fixo por hora fora do horário normal de trabalho, assim como sábados, domingos e feriados, tendo como referência os valores previstos no n.º 2 das alíneas a) e d) e b) e c) do art.º 61º da Tabela de Taxas e Outras Receitas em vigor, respetivamente.”

5. As cedências dos transportes serão publicadas trimestralmente em <http://www.cm-figfoz.pt/index.php/financas/>, com menção da Associação beneficiária, local de deslocação e respetiva finalidade.

CAPÍTULO VI

APOIO PARA A AQUISIÇÃO DE BENS

Artigo 13.º **Âmbito dos apoios**

1. Os apoios definidos no presente capítulo destinam-se à aquisição de bens (mobiliário, audiovisuais, instrumentos musicais, fardamentos e viaturas, entre outros) necessários à promoção das várias atividades desenvolvidas pelas associações e que lhes permitam maior autonomia para o seu desenvolvimento, e assumem a natureza de comparticipação financeira.
2. Podem candidatar-se a estes apoios as Associações que reúnam os requisitos previstos no artigo 2º, à exceção do previsto no n.º 2 do mesmo artigo.
3. Para se candidatarem a estes apoios as Associações poderão apresentar a sua candidatura em qualquer altura do ano civil.

Secção I

Apoio para a aquisição de bens

Artigo 14.º **Forma de candidatura e comparticipação**

1. A candidatura deverá ser acompanhada do Orçamento e/ou outros comprovativos do valor e características dos materiais que pretendam adquirir, assim como da justificação da sua necessidade para o desenvolvimento da atividade.
2. Para que a Autarquia disponibilize o apoio financeiro, deverão as Associações apresentar cópia do comprovativo da aquisição do material.

Secção II

Apoio para a aquisição de viaturas

Artigo 15.º **Forma de candidatura e comparticipação**

1. Uma vez concedido o apoio devem as associações contempladas proceder à comprovação da aquisição das viaturas, entregando no prazo de 60 dias após a referida aquisição, os seguintes elementos:



REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIOS AO ASSOCIATIVISMO

Câmara Municipal da Figueira da Foz

- a) Cópia do Documento Único Automóvel ou comprovativo do pedido de registo na Conservatória do Registo Automóvel;
 - b) Cópia do recibo/declaração de venda.
2. Concedido o apoio para aquisição de viaturas por parte do Município, a Associação em causa não poderá usufruir do mesmo apoio durante um período de cinco anos.
 3. As associações beneficiárias deverão inserir no veículo a menção "Apoio da Câmara Municipal da Figueira da Foz" e do logótipo do Município.

Secção III

Regime aplicável aos bens e viaturas adquiridos com o apoio do Município

Artigo 16.º

Regime aplicável

1. Os bens e viaturas adquiridos com apoio do Município, ao abrigo deste Regulamento, não poderão ser alienados, doados ou onerados de qualquer forma, pelo período de 3 anos, após a sua aquisição efetiva, salvo acordo do Município a pedido devidamente justificado.
2. A alienação, doação ou oneração de equipamentos ou viaturas em infração ao disposto no número anterior, ou a sua não aquisição efetiva no prazo de 90 dias após a data da disponibilização do apoio concedido pela Autarquia, darão lugar à exclusão de candidatura nos três anos seguintes a todos os apoios municipais e de cinco anos no apoio à aquisição de equipamentos e viaturas.
3. Excecionam-se do número anterior os casos devidamente comprovados, relativos a veículos e equipamentos que sofram de vícios que impeçam a realização do fim a que se destinam.

CAPÍTULO VII

APOIO PARA OBRAS DE CONSTRUÇÃO, BENEFICIAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E AQUISIÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS

Artigo 17.º

Âmbito dos apoios

1. Os apoios definidos neste capítulo destinam-se à realização de obras de construção, conservação e beneficiação de equipamentos associativos e aquisição de infraestruturas podendo assumir a natureza de participação financeira, apoio material, ou ambas.
2. Podem candidatar-se a estes apoios as Associações que reúnam os requisitos previstos no n.º 1 do artigo 2.º do presente regulamento, excetuando-se dos mesmos as Associações mencionadas no n.º 2 do referido artigo.

Artigo 18.º

Forma de candidatura

1. Para beneficiar do apoio para obras de construção, as Associações terão que:
 - a) Apresentar, no mínimo 2 orçamentos e memória descritiva da obra a realizar;
 - b) Apresentar posteriormente cópias das faturas das obras realizadas;



REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIOS AO ASSOCIATIVISMO

Câmara Municipal da Figueira da Foz

- c) Consoante o tipo de obra a realizar, devem apresentar as licenças e autorizações exigidas por lei.
- 2. Para beneficiar do apoio à aquisição de infraestruturas (para terrenos, casas, apartamentos, contentores, pré-fabricados), as associações deverão apresentar cópia de escritura ou documento que comprove legitimidade da posse.
- 3. O apoio poderá ser solicitado em qualquer altura do ano civil.

Artigo 19.º

Informação necessária à concessão dos apoios

A decisão sobre as formas de comparticipação referidas neste capítulo, carece de informação e parecer técnico favorável dos serviços competentes da Câmara ou de outras entidades a que a Câmara entender por bem recorrer.

Artigo 20.º

Critérios de apoio

- 1. A decisão do apoio e o seu montante, no caso de apoio financeiro, terá em conta a análise da dinâmica e capacidade de organização apurada segundo os critérios enunciados no art.º 6.º e a forma como a inexistência ou insuficiência das instalações têm condicionado o desenvolvimento dos Planos de Atividades.
- 2. Para as associações recém-formadas que ainda não tenham completado 3 anos de atividade, as eventuais candidaturas serão analisadas caso a caso.
- 3. A Câmara poderá, em situações devidamente ponderadas, conceder um apoio extraordinário, material ou financeiro, atendendo ao esforço desenvolvido pela associação nas obras feitas e para efeitos da sua conclusão.

CAPÍTULO VIII

APOIO À FORMAÇÃO

Artigo 21.º

Âmbito

- 1. O Município poderá promover, anualmente, ações de formação em parceria com Federações e Associações de modalidade de temática associativa podendo as Associações que preencham os requisitos do art.º 2.º candidatar os seus dirigentes e associados.
- 2. A seleção dos formandos far-se-á de acordo com os seguintes critérios:
 - a) Dirigentes em exercício de funções;
 - b) Outros associados;
 - c) Num caso e noutro será dada prioridade aos candidatos das associações menos contempladas na frequência das ações já desenvolvidas.
- 3. O Município ouvirá as Associações sobre as temáticas da formação a desenvolver.
- 4. Cada ação de formação terá que ter um número mínimo de 10 participantes.



REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIOS AO ASSOCIATIVISMO

Câmara Municipal da Figueira da Foz

5. O Município apoiará a organização de ações quando esta resulte de parcerias entre associações

CAPÍTULO IX

APOIO À EDIÇÃO

Artigo 22.º

Âmbito do apoio

1. Os apoios definidos neste capítulo destinam-se a contribuir e a estimular a edição de obras gráficas, fonográficas (CD) ou audiovisuais (DVD, filme, vídeo).
2. As obras deverão versar sobre temas de interesse direto para o concelho, promovendo a preservação e a divulgação da cultura local.
3. Ficam excluídas as edições periódicas e as obras de carácter literário.

Artigo 23.º

Forma de candidatura

1. Com o pedido de apoio a Associação deve apresentar uma prova do trabalho, indicar a tiragem e o custo da obra, e juntar uma declaração do autor que expresse a sua autorização à edição.
2. As associações beneficiárias deverão inserir a menção "Apoio da Câmara Municipal da Figueira da Foz" e do logótipo do Município.
3. O apoio pode ser solicitado em qualquer altura do ano civil.

Artigo 24.º

Critérios de apoio

1. O apoio traduzir-se-á na aquisição, pelo preço de capa, de uma parte da edição, cuja quantidade será decidida caso a caso tendo em conta a tiragem, o interesse do tema e a diversificação das fontes de financiamento.
2. Em caso algum a aquisição prevista no número anterior se traduzirá na totalidade da obra editada.

CAPÍTULO X

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 25.º

Valor do apoio

O apoio a atribuir é calculado tendo como referência o valor disponibilizado em cada ano no orçamento camarário e ponderada a diversidade e relevância das atividades desenvolvidas por cada associação, reportadas ao ano anterior àquele a que os apoios se destinam.



REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIOS AO ASSOCIATIVISMO

Câmara Municipal da Figueira da Foz

Artigo 26.º

Forma de apresentação das candidaturas

As candidaturas terão de ser apresentadas em impresso cujo modelo consta dos Boletins que fazem parte integrante do presente regulamento.

Artigo 27.º

Relatórios e comprovativos

1. Das ações apoiadas pelo Município devem as Associações entregar relatório final que se traduzirá, entre outros elementos julgados pertinentes, no preenchimento de um formulário correspondente à modalidade do apoio concedido.
2. O Município reserva-se no direito de, a todo tempo, solicitar a apresentação de documentação para comprovar a correta aplicação dos apoios, que deverá ser entregue num prazo de 30 dias.

Artigo 28.º

Regime sancionatório

1. As Associações cujas candidaturas tenham sido contempladas com os apoios solicitados e não os cumpram, ficam interditas de se candidatar no ano seguinte, assim como ficam sujeitas à decisão da não transferência da verba atribuída ou à devolução da quantia, ou parte da quantia já entregue.
2. As Associações beneficiadas que comprovadamente destinem os apoios a fim diverso daquele a que se candidataram, ou que tenham falseado a verdade das suas candidaturas, ficam interditas durante 2 anos de apresentar novas candidaturas, sem prejuízo da respetiva responsabilidade civil e criminal.
3. Em casos devidamente justificados e comprovados pelas Associações, a interdição referida no n.1 deste artigo poderá não ser aplicada.

Artigo 29.º

Publicidade dos apoios

Por forma a garantir uma total transparência a Câmara Municipal publicará em <http://www.cm-figfoz.pt/index.php/financas/> todos os apoios concedidos às associações do Concelho.

Artigo 30.º

Casos Omissos

A resolução dos casos omissos no presente Regulamento será objeto de decisão pelo Executivo Camarário, após parecer do Vereador responsável.

Artigo 31.º

Entrada em vigor

Este Regulamento entrará em vigor no dia seguinte ao da sua aprovação, devendo, para os devidos efeitos, as associações serem notificadas da data da sua aprovação.



REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIOS AO ASSOCIATIVISMO
Câmara Municipal da Figueira da Foz

ANEXO

Critérios de Avaliação da Dinâmica e da Capacidade de Organização

CrITÉRIOS	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO Máxima
Artigo 6º do Regulamento		
a) Importância das atividades para potenciar o desenvolvimento da comunidade Escolas, Filarmónicas, Orquestras Ligeiras, Outras Formações Musicais, Grupos Corais, Grupos de Música popular, Grupos de Dança, Grupos de Teatro, Grupos Folclóricos e Etnográficos, outros sectores de carácter recreativo, cívico e social.	<i>A importância das atividades mede-se pelo n.º de sectores (1) desenvolvidos pela associação, nos termos abaixo considerados:</i> Até 2 sectores – 10 pontos Mais de 2 sectores – 3 pontos por cada sector <i>(1) Por sector entende-se a secção ou núcleo da associação que desenvolve uma atividade com carácter específico.</i>	34
b) Coorganização de eventos com outras associações e intercâmbios entre associações	Coorganização – 5 pontos por cada parceiro, até ao máximo de 4 Intercâmbio entre associações – 2 pontos por cada grupo participante, até ao máximo de 5	30
c) Componente de formação subjacente às atividades desenvolvidas Escolas de música, folclore, dança, teatro, e outras	Até 5 participantes – 5 pontos De 6 a 10 participantes – 10 pontos Mais de 10 participantes – 15 pontos	15
d) Atividade regular e contínua Filarmónicas, Orquestras Ligeiras, Outras Formações Musicais, Grupos Corais, Grupos de Música popular, Grupos de Dança, Grupos de Teatro, Grupos Folclóricos e Etnográfico, Outras atividades recreativas, culturais e de lazer	<i>A atividade regular mede-se pelo n.º de atuações (2) das associações:</i> Até 3 atuações – 5 pontos Mais de 3 atuações – 1 ponto por cada atuação, até ao máximo de 20 <i>(2) Por atuações entende-se os eventos artísticos no âmbito de cada sector que decorram na sede da associação ou fora desta</i>	25
e) Capacidade de autofinanciamento e de diversificação das fontes de financiamento	Até 25% do custo da atividade – 6 pontos	6
f) Número de participantes ativos em todos os sectores	Até 10 participantes – 5 pontos De 11 a 20 participantes – 10 pontos De 21 a 30 participantes – 20 pontos De 31 a 40 participantes – 30 pontos De 41 a 50 participantes – 40 pontos Mais de 50 participantes – 50 pontos	50
g) Ações de apoio à criação artística e à formação de novos públicos	Até 3 ações – 5 pontos Mais de 3 ações – 10 pontos	10
h) Eficácia na execução do Plano de Atividades do Ano Anterior	Cada atividade (3) desenvolvida – 5 pontos, até ao máximo de 10 atividades. <i>(3) Por atividade entende-se cada uma das realizações propostas em Plano de Atividades (encontros, festivais, jornadas), exceção das atuações já contabilizadas em d).</i>	50
TOTAL		220